

Histórico: A Companhia Docas de Sebastião é uma sociedade de economia mista, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, constituída pelo Decreto Estadual nº 52.102 de 29 de agosto de 2007, cujas atividades, voltadas especificamente para a administração da infraestrutura portuária pública do Porto de São Sebastião, foram regulamentadas por meio do Convênio de Delegação celebrado em 15 de junho de 2007 entre a União e o Estado de São Paulo, com vigência pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogáveis por igual tempo. **Desempenho Operacional:** Em 2018, atracaram no porto público 84 navios no berço 101 e 1014 embarcações de menor porte nos demais berços internos, além de 59 navios de turismo fundeados. No cais público foram movimentadas 718 mil toneladas de cargas, o que representa acréscimo de 32,5% comparado a 2017, quando houve movimentação de 542 mil toneladas de cargas. Tais números representam uma taxa de ocupação de 56% (ou 202,7 dias) do berço principal (101). Do total de carga movimentada no cais público, 644 mil toneladas são referentes à importação e 74 mil toneladas referentes à exportação. A participação percentual dos grupos de cargas movimentadas no Porto de São Sebastião ficou assim definida: • Granéis Sólidos: 89,5%; • Carga Geral: 1,4%; • Veículos: 2,3%; • Animais Vivos: 6,8%. Já no Terminal Privativo da Petrobras - TEBAR, operado pela Transpetro, o movimento foi equivalente a 44 milhões de toneladas de granéis líquidos, transportados em 572 navios durante todo o ano de 2018. O resultado da balança comercial no porto público apresentou um superávit em 2018 de US\$ 322.482.510,62 pela supremacia do valor das cargas exportadas (gado bovino vivo majoritariamente), contra o menor valor (embora em maior quantidade) das cargas importadas (matérias primas – granéis sólidos – produtos químicos orgânicos e inorgânicos). **Cenário Econômico e Financeiro:** O cenário econômico do Brasil vem apresentando sinais de recuperação ainda lenta e, há setores da economia brasileira, como óleo e gás, construção e infraestrutura que afetaram benéfica e diretamente as operações portuárias nos anos anteriores ao início da crise (até 2015) e que começam a despontar com promissora retomada para 2019. O ano de 2018 apresentou melhorias nas áreas do agronegócio e serviços, bem como na indústria de bens de consumo não duráveis e de alimentos, que acabaram refletindo beneficemente na melhoria performance operacional do setor portuário. As maiores expectativas para as operações no Porto de São Sebastião em 2019 estão fundamentadas, no aumento da movimentação de granéis sólidos, na cabotagem e no mercado de petróleo e gás, em função dos leilões realizados que com certeza aquecerão o setor, e em possível retomada das exportações de veículos. No caso específico da cabotagem, foi importante a instalação do “scanner” para a atração de cargas em contêineres. A medida mais significativa que se pretende adotar é o arrendamento de áreas, receita patrimonial hoje inexistente, que necessitará de apoio do Governo do Estado de São Paulo, junto ao Governo Federal, uma vez que a competência para tal finalidade é da ANTAQ - Agência Nacional de Transporte Aquaviário e do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação - MTPA. Em 2018 obtivemos uma receita bruta de R\$ 17,25 milhões, interrompendo duas quedas consecutivas, resultando acréscimo de 16% em relação a 2017 (R\$ 15,01 milhões), mas significando uma redução acumulada de 25% em relação à receita de 2015 (R\$ 22,97 milhões). Ressalta-se, ainda, que após decisão judicial a ANTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaviário suspendeu a cessão de uso temporário de áreas portuárias, o que reduz as possibilidades de obtenção de receitas da Companhia. Nesse particular, a decretação da falência da empresa Schahin Engenharia S.A., que mantinha essa modalidade de contratação com a empresa, ainda está pendente de solução, mesmo tendo a Companhia adotado as medidas cabíveis para preservar seus interesses e receber o que a referida empresa ficou devendo, conforme consta no Processo nº 1037133-31.2015.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara de Falência e Recuperação Judicial. **Investimentos:** Em 2018 foram autorizados pelo Governo do Estado de São Paulo o investimento de R\$ 6,3 milhões para modernização e ampliação do Porto de São Sebastião. Com estes recursos foi concluída a instalação e operação do “scanner” para inspeção de container, no segundo semestre, que garantirá um aumento na receita operacional e também atenderá às normas da Receita Federal do Brasil. A Companhia obteve o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB o que garantirá a conformidade das nossas instalações com a legislação alfandegária e normas de segurança portuária. No segundo semestre foi iniciada a construção de galpão de cargas para operar em regime de transporte DTA (Declaração de Transporte Aduaneiro) no Porto de São Sebastião e adequação na iluminação, com refletores em LED, da área operacional do Porto de São Sebastião, em ambos os casos visam atender condicionantes da Receita Federal do Brasil e proporcionando principalmente a economia no consumo de energia elétrica e iluminação mais eficiente melhorando as condições de trabalho na operação de cargas. Na parte aquaviária foram adquiridas novas bóias marítimas para a sinalização do Canal de São Sebastião, com isso o acesso portuário e a navegação de navios terão melhor substâncias na segurança. **Gestão Ambiental:** A Companhia Docas de São Sebastião vem cumprindo o importante papel de agregar valor à cadeia logística de sua área de influência, em especial à do Estado de São Paulo, garantindo eficiência, segurança operacional e a adoção das melhores práticas em gestão ambiental. Os investimentos e as ações adotados refletem diretamente no reconhecimento concedido pela ANTAQ, quando na divulgação dos resultados do Índice de Qualidade de Gestão Ambiental em Portos Organizados (IQGAPO). Este ano ainda não foram divulgados os resultados da avaliação, valendo destacar que após conquistarmos os melhores índices por dois anos consecutivos e com isso a primeira posição dentre os 29 portos analisados pela ANTAQ, em 2017 obtivemos o 3º lugar, alcançando 93,88 de um total de 100 pontos possíveis na avaliação. Os recursos aplicados atenderam às especificações estabelecidas na Licença de Operação nº 908/2010, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 9 de fevereiro de 2010, em atendimento à Lei Federal nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e Resolução CONAMA nº 306, de 5 de julho de 2002. Foi realizada em junho de 2018 a auditoria ambiental compulsória bianual e o resultado final não apresentou ressalvas significativas em nossa gestão. Em outubro de 2018, a Companhia Docas contratou uma nova empresa para realizar o monitoramento ambiental definido na Licença de Operação, obtendo redução significativa dos preços anteriormente contratados. Foram mantidas as ações de capacitação dos recursos humanos da Companhia, particularmente aos membros da CIPA, aos brigadistas e aos auditores internos. Em outubro de 2018, solicitamos a renovação da licença

de operação junto ao IBAMA, R. L.O – do Porto de São Sebastião. **Sistema de Gestão Ambiental - NBRISO 14.001/2004:** O Porto de São Sebastião renovou a certificação da norma NBR ISO 14.001/2004, conquistada em 2015, quando se tornou o primeiro porto público do país a ter essa certificação, dentre os 37 em operação, que passa a ter validade até março de 2021. A adesão à certificação ISO 14.001 é voluntária e comprova o desempenho da gestão ambiental da Companhia, por meio do controle dos aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades desenvolvidas, desde o consumo de recursos naturais (água, energia e papel) até os efluentes, isto é, resíduos sólidos e emissões atmosféricas. Também são considerados o controle, prevenção, mitigação, monitoramento e contingência da poluição ambiental. Além disso, faz parte do escopo da certificação todas as atividades exercidas pela Companhia, incluindo a exploração do Porto Organizado, gestão da infraestrutura, fiscalização das operações, programas de capacitação ambiental para os funcionários e a melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental. **Plano de Área:** O Porto de São Sebastião conta com o primeiro Plano de Área de um Porto Organizado no país aprovado pelo IBAMA e pela CETESB e que serviu de modelo para outros portos pelo Brasil. O Centro de Atendimento a Emergências-CEATE conta em sua estrutura com embarcações, viaturas e equipamentos para combate a incêndio, emergências químicas, vazamento de óleo no mar e salvamentos. Em 2018 foram realizados exercícios simulados do Plano de Emergência Individual do Porto, acompanhados por avaliadores de diversas instituições (IBAMA, CETESB, Marinha do Brasil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Sebastião), com atuação destacada da equipe de atendimento à emergências. **Gestão de Recursos Humanos:** O Quadro de Pessoal da Companhia foi aprovado em 02 de junho de 2010, compreendendo 98 (noventa e oito) posições, sendo 13 (treze) cargos de livre provimento e 85 (oitenta e cinco) cargos permanentes. Em 12 de fevereiro de 2014, com base na manifestação jurídica favorável da Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi aprovado o novo Quadro de Pessoal, fixado em 152 (cento e cinquenta e duas) posições, sendo 13 (treze) de livre provimento e 139 (cento e trinta e nove) de cargos permanentes, de forma a incluir 54 (cinquenta e quatro) funcionários (cedidos) do Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), por sucessão trabalhista, a serem extintos na vacância. No entanto, o quadro apresentado é insuficiente para atendimento das demandas portuárias, em especial aquelas relativas às áreas operacionais, além do atendimento às leis trabalhistas, como intervalo interjornada e horas extras habituais. Neste contexto, destacam-se as discrepâncias ocorridas após a sucessão trabalhista, como as relacionadas aos casos de funções semelhantes e salários diferentes, ou aqueles acerca de cargos de origem que foram extintos. A situação descrita requer ações, para a mitigação de litígios trabalhistas. Nesse sentido, como plano de ação no que se refere a gestão de pessoas, seria necessário a implantação de um Plano de Demissão Voluntária, bem como uma reestruturação do Quadro de Empregados da Companhia, seja pela implantação de um Plano de Empregos e Salários, e por fim, um novo Concurso Público, para admissão de novos empregados e controle do cenário apresentado acima. Abaixo, quadro de empregados da Companhia Docas de São Sebastião em 31/12/2017.

| Quadro de Empregados | | |
|----------------------|--|-----------|
| Posições | | Total |
| Permanentes | Concursados - CLT | 29 |
| Sucessão Trabalhista | Sucessão | 40 |
| | Sucessão - Aposentadoria por Invalidez | 4 |
| | Reintegração | 12 |
| Livre Provimento | | 12 |
| Total | | 97 |

Ampliação do Porto: Localizado em região costeira privilegiada, em um canal abrigado naturalmente, com duplo acesso pelas barras Norte e Sul e com profundidade que se mantém pela própria dinâmica do canal, o Porto de São Sebastião ainda está próximo a uma das regiões de economia mais pujante do país. Daí a vocação para efetivar-se como porto regional por excelência, da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Litoral Norte de SP, Sul de Minas Gerais e Sul do Rio de Janeiro. Estando ligado ao planalto pelo complexo rodoviário “Tamoios – Contorno Sul”, constituem o elemento binário natural visando a logística integrada regional que tem São José dos Campos como a base do planalto em condições perfeitas para o entroncamento de rodovias que dão acesso a todo país e também como local ideal para distribuição ou concentração de cargas. Esta região forma um polígono com cerca de 4,5 milhões de habitantes e PIB anual de R\$170 bilhões, contando com ativos fundamentais para o fomento sustentável do porto de São Sebastião entre outros projetos logísticos integrados. Para atender a esta demanda o desenvolvimento do Porto de São Sebastião apoia-se em duas frentes: i) na requalificação da infraestrutura existente – que se materializa, no médio e no curto prazo – com investimentos da ordem de R\$ 200 milhões para restabelecer e ampliar as condições de competitividade de São Sebastião no cenário portuário e; ii) na ampliação da sua infraestrutura mediante a realização de arrendamento de áreas portuárias, de acordo com o projeto que se encontra em fase de licenciamento ambiental. A ampliação da área do Porto será realizada em fases considerando as variáveis ambientais e socioeconômicas, de modo a contribuir com o meio ambiente, turismo, economia e desenvolvimento social da região. O projeto de ampliação prevê inicialmente o arrendamento de um terminal multicargas que depende da realização de licitação. O contrato deverá ter a duração de 25 anos, renováveis por igual período. Quanto ao processo de licenciamento para sua expansão, em 17 de dezembro de 2013 a Companhia Docas de São Sebastião recebeu do IBAMA a Licença Prévia nº 474/2013 para as duas primeiras fases do projeto de ampliação, o que possibilitaria que sua área portuária passasse de 400 mil m² para 800 mil m². O investimento total previsto é de R\$ 3,2 bilhões de reais. A referida licença contempla obras importantes para o desenvolvimento portuário, como a construção de até 1.500 m de berços com 40 m de largura, profundidade mínima de 18 m e terá até 900m destinados a navios de última geração, com capacidade para até nove mil TEU's (Twenty foot Equivalente Unit), que atualmente possuem restrição para atracação em São Sebastião ou Santos, por conta de seu porte e calado. Para o primeiro arrendamento está previsto um pacote de obras que inclui a construção de um terminal multicargas em uma área de 250.000 m² e dois novos berços de atracação sendo um para operação de navios que transportam veículos e cargas gerais (que podem vir em contêineres ou não) como peças, carga de projeto, palets entre outros.

Preende-se construir uma portaria (gate) de acesso mais moderna, interligando-a ao contorno viário Sul e a Rodovia dos Tamoios. Também será construído um pátio com 15.700 m² para estacionamento dos caminhões com destino ao porto, para evitar transtorno para o trânsito local. Vale destacar que o contorno viário de São Sebastião e a duplicação do trecho da serra da Rodovia dos Tamoios estão com as obras em andamento, com previsão de conclusão para o final de 2019, sendo executadas com recursos do Governo do Estado de São Paulo e são vitais para o desenvolvimento do Porto, em ambas as frentes planejadas. **Suspensão da Licença Prévia:** Em 28 de maio de 2014 foi proposta ação civil pública (Processo nº 0000398-59.2014.4.03.6135) pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia Docas de São Sebastião e do IBAMA, em trâmite perante a 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatuba/SP. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11 de julho de 2014. Por sua vez, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento em 22 de agosto de 2014 a fim de reformar esta decisão. Em 22 de fevereiro de 2015 foi proferida decisão que deferiu parcialmente o efeito suspensivo postulado, sendo reconhecida a necessidade de complementação do EIA/RIMA no tocante à: 1) análise dos impactos cumulativos sinérgicos entre o empreendimento objeto de licenciamento e a ampliação do TEBAR; 2) apresentação da autorização de Licenciamento Ambiental das Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo empreendimento e; 3) apresentação de alternativas menos impactantes em relação ao manguezal do Araçá. Paralelamente, também foi interposto Agravo de Instrumento pelo Ministério Público Federal. Em 19 de fevereiro de 2015 foi publicada decisão que deferiu parcialmente a antecipação da tutela postulada, sendo reconhecida a necessidade da complementação do EIA/RIMA no tocante aos pedidos anteriormente citados. Em 20 de julho de 2015 foi distribuído, perante o Superior Tribunal de Justiça, pedido de suspensão das liminares supracitadas. Em 20 de novembro de 2015 foi proferida decisão pelo Presidente da referida Corte Superior, entendendo pelo indeferimento do pleito. A Companhia vem adotando as medidas judiciais cabíveis, bem como está em tratativas com os demais envolvidos na busca de um consenso que possibilite o estabelecimento de um acordo que prevendo o atendimento aos itens da sentença por parte da Companhia libere parcialmente a Licença Prévia, especialmente em relação às adequações no projeto de ampliação em relação a não existência de ocupação na Enseada do Araçá. No dia 13 de abril de 2016 foi proferida Sentença que julgou procedente o pedido para invalidar a Licença Prévia e condicionou a emissão de uma nova licença prévia à complementação do EIA/RIMA. Embargos de declaração opostos em 28 de março de 2016 para ratificação a qualificação da Companhia Docas de São Sebastião da sentença embargada para anônima, com personalidade jurídica de direito privado, e não de empresa pública, bem como retificar, no dispositivo, o número da licença prévia do empreendimento, proferida parcialmente no dia 01 de julho de 2016. Por conseguinte, foi protocolado em 27 de julho de 2016 o recurso de apelação. O juízo determinou em 21 de fevereiro de 2017 a manifestação do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual informando nos autos sobre eventual tratativa/proposta de acordo apresentada por parte da Companhia Docas de São Sebastião, e, em caso positivo, em que estado se encontra, bem como intimando a Companhia Docas de São Sebastião para manifestação, no mesmo prazo, sobre eventual tentativa/proposta de acordo. Proferida decisão no dia 28 de julho de 2017 determinando a suspensão do processo pelo prazo de 30 dias para que as partes elaborem e tragam a Juízo eventual Acordo, caso não haja manifestação das partes. Em 07 de março de 2018 foi protocolada manifestação da Companhia Docas requerendo o prosseguimento do feito, tendo em vista que as tratativas de acordo não seguiram adiante. Os autos conclusos para despacho/ decisão do juiz em 21 de junho de 2018. Na data de 05 de novembro de 2018, os autos foram remetidos para vista ao Ministério Público. **Governança Corporativa, Transparência e Compliance:** Para atender a Lei de Responsabilidade das Estatais e de Economia Mista, instituída pela Lei Federal nº 13.303/2016, a Companhia Docas vem adequando as regras e condutas que passam a ser obrigatórias, dentre elas o seu Estatuto Social que foi alterado em 27/04/2017 e devidamente registrado na JUCESP, a criação do “Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento” e da “Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos”, a alteração de diversos Regimentos Internos existentes e a instituição daqueles exigidos por esta lei. **Atendimento ao Cidadão e Transparência:** Para atender as normas estaduais e a Lei de Acesso à Informação, instituída pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e regulamentada no âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, a Companhia Docas disponibiliza os canais de comunicação “Fale Conosco”, “Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)” e “Ouvidoria”, acessíveis pelo site eletrônico do Porto de São Sebastião www.portdoeasosebastiao.com.br. No ano de 2018 foram realizados 18 atendimentos: • Fale Conosco: 0 atendimento; • Serviço de Informações ao Cidadão (SIC): 10 atendimentos; • Ouvidoria: 08 atendimentos (03 reclamação e 05 solicitação de informação). Em atendimento à Lei Federal nº 13.303/2016 um canal exclusivo para atendimento de “Denúncias” foi implantado em junho de 2018. Também estão disponíveis no site as informações institucionais, tarifas, programação de navios, estudos técnicos, monitoramento ambiental, projetos de expansão, contratações, licitações e estatísticas. **Considerações Finais:** O Porto de São Sebastião é um porto regional, estratégico para a região Metropolitana do Vale do Paraíba e todo o Cone Leste Paulista e vem desempenhando, dentro de suas limitações estruturais, seu papel como elo na cadeia logística, buscando sempre a eficiência por meio da adequação e ampliação de sua infraestrutura, superestrutura, modernização dos equipamentos, seja por parte da Companhia ou dos Operadores Portuários pré-qualificados, e uma força de trabalho com qualificação adequada. Sendo instalado no canal de São Sebastião-SP considerado a 3ª melhor região portuária do mundo pelas condições naturais privilegiadas de abrigo, profundidade, largura e comprimento de seu canal de acesso e, inserido no Estado de maior representatividade econômica da federação, possui naturalmente a vocação de ser o grande responsável pela melhoria de toda a economia de escala em seu entorno, contribuindo significativamente para resultados mais satisfatórios na economia de todo o país.

São Sebastião/SP, 15 de Março de 2019.
Vitor João de Freitas Costa - Diretor Presidente
Fernando da Costa - Diretor de Administração e Finanças
Alfredo Mariano - Diretor de Gestão Portuária

| Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 | | | |
|--|------|--------------------|--------------------|
| Ativo | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Ativo Circulante | | | |
| Caixa e Bancos | 4 | 2.734 | 2.538 |
| Aplicações Financeiras | 4 | 1.515.537 | 1.010.577 |
| Clientes | 5 | 3.023.379 | 4.102.069 |
| (-) Provisão de Perda para Crédito Liquidação Duvidosa | 5 | (1.598.983) | (1.598.983) |
| Tributos a Recuperar | 6 | 1.461.728 | 1.150.328 |
| Despesas Antecipadas | | 10.901 | 12.016 |
| | | 79.928 | 47.837 |
| Deposito Judicial | | 1.049.754 | 281.431 |
| Adiantamentos | | 22.762 | 13.917 |
| | | 5.567.740 | 5.021.730 |
| Não Circulante | | | |
| Realizável a Longo Prazo | 7 | - | 2.855.601 |
| Imobilizado | 8 | 224.366.025 | 229.912.633 |
| Intangível | 9 | 34.680.013 | 35.034.623 |
| | | 259.046.038 | 267.802.857 |

| Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 | | | |
|--|------|--------------------|--------------------|
| Passivo | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Passivo Circulante | | | |
| Convênio-DERSA | 12 | 550.000 | 460.000 |
| Fornecedores | 13 | 743.242 | 6.642.839 |
| Juros sobre Capital Proprio | | 106 | 106 |
| Contas a Pagar | | - | - |
| Tributos a Recolher | 14 | 307.616 | 166.954 |
| Encargos Sociais Recolher | 15 | 551.912 | 523.068 |
| Provisões de Férias a Pagar | 16 | 1.010.033 | 1.034.734 |
| Adiantamento de Clientes | 11 | 147.118 | 252.807 |
| Salários a Pagar | | 535 | 109 |
| | | 3.310.562 | 9.080.617 |
| Não Circulante | | | |
| Convênio-DERSA | 12 | 3.980.283 | 4.570.283 |
| Crédito de Clientes | | - | - |
| Provisão para Contingências | 17 | 24.541.949 | 6.002.934 |
| | | 28.522.232 | 10.573.217 |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital Social | 18 | 17.748.161 | 17.748.161 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 18 | 284.408.392 | 278.837.984 |
| Prejuízos Acumulados | | (69.375.569) | (43.415.392) |
| | | 232.780.984 | 253.170.753 |
| Total do Passivo | | 264.613.778 | 272.824.587 |

| Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro 2018 e 2017 | | | |
|---|------|---------------------|---------------------|
| Receita de Vendas | Nota | 2018 | 2017 |
| Receitas de Serviços Prestados | 22 | 16.945.888 | 14.694.689 |
| Deduções da Receita Bruta | | | |
| (-) Impostos e Contribuições sobre Serviços Prestados | | (2.409.099) | (2.091.821) |
| Receita Operacional | | 14.536.789 | 12.602.868 |
| Outras Receitas | | | |
| Outras Receitas | 22 | 17.069.626 | 20.102.143 |
| Receita Líquida | | 31.606.415 | 32.705.011 |
| Custo de Serviços Prestados | | | |
| Custos Operacionais | 19 | (16.990.172) | (16.350.247) |
| Lucro Bruto | | 14.616.243 | 16.354.764 |
| Despesas Operacionais | | | |
| Despesas Administrativas | 19 | (40.625.746) | (36.844.520) |
| Despesas/Receitas Financeiras | 20 | 49.326 | 20.463 |
| Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e CSLL | | (25.960.177) | (20.469.293) |
| Corrente | | - | 2.855.601 |
| Diferido | | - | 2.855.601 |
| Tributos IRPJ e CSLL sobre Lucro (15% + 9%) | | - | 2.855.601 |
| Lucro (Prejuízo) do Exercício | | (25.960.177) | (17.613.692) |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras | | | |
| Demonstração de Resultado Abrangente em 31 de Dezembro 2018 e 2017 | | | |
| | | 2018 | 2017 |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício | | (25.960.177) | (17.613.692) |
| Outros Resultados Abrangentes | | - | - |
| Total do Resultado Abrangente do Exercício | | (25.960.177) | (17.613.692) |
| Resultado abrangente total, atribuído a: | | | |
| Participação dos Acionistas Controladores | | (25.960.177) | (17.613.692) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro 2018 e 2017

| | Capital Social | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | Prejuízo Acumulado | Total (Em Reais) |
|---|-------------------|---|---------------------|--------------------|
| Saldos em 31 de Dezembro de 2015 | 17.748.161 | 268.811.733 | (13.892.945) | 272.666.949 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | 10.026.251 | - | 10.026.251 |
| Prejuízo do Exercício | - | - | (11.908.755) | (11.908.755) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2016 | 17.748.161 | 278.837.984 | (25.801.700) | 270.784.445 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | - | - |
| Prejuízo do Exercício | - | - | (17.613.692) | (17.613.692) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2017 | 17.748.161 | 278.837.984 | (43.415.392) | 253.170.753 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | 5.570.408 | - | 5.570.408 |
| Prejuízo do Exercício | - | - | (25.960.177) | (25.960.177) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2018 | 17.748.161 | 284.408.392 | (69.375.569) | 232.780.984 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 2018

1. Contexto Operacional: A Companhia foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição por Subscrição Particular, realizada em 3 de setembro de 2007 e devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 6 de setembro de 2007. As atividades desenvolvidas pela Companhia são decorrentes de Convênio de Delegação, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo em 15 de julho de 2007. Tal convênio prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com o objetivo de exercer as atribuições exaradas no artigo 17 da Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2013. Essa iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Companhia, cuja conclusão ocorreu em 15 de Março de 2019. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Tais pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e foram observadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1. Apuração do Resultado:** As receitas, custos e despesas são registrados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **3.2. Caixa e Equivalente de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço, bem como contas garantidas (Nota nº 4). **3.3. Ajuste a Valor Presente de Ativos:** Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos monetários circulares e não circulares é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por tal razão não foram registrados. **3.4. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados em: (i) ativos financeiros a valor justo por meio de resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial. • **Passivos financeiros:** São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio de resultado, empréstimos e financiamentos, ou derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do reconhecimento inicial. **3.5. Partes Relacionadas (Convênio DERSA):** No curso normal de suas operações, a Companhia contraiu obrigações com parte relacionada, destacando-se a cessão de empregados da Desenvolvimento Rodoviário S.A. – DERSA, Companhia de economia mista controlada pelo Governo do Estado de São Paulo. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante, sendo que a dívida foi ajustada a valor presente. **3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social e Imposto de Renda Diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social. **3.7. Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido em conta de resultado. **3.8. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço. As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **3.9. Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção e reduzido pela depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens (Nota nº 8). **3.10. Intangível:** As licenças de computadores e de sistemas de gestão são demonstradas ao custo de aquisição e tem a sua amortização iniciada quando disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro (Nota nº 9). **3.11. Provisão para Recuperação de Ativos - Impairment:** Tendo como objetivo definir procedimentos que visam assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele verificável de ser recuperado por uso ou por venda, são eles revisor para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, caso existam evidências claras, a empresa reconhecerá a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Considerando os ativos apresentados no Balanço Patrimonial do ano de 2018, foram realizados levantamentos para a determinação apenas de parâmetros referentes aos valores líquidos de uso e não por venda. Isso porque as atividades da Companhia Docas de São Sebastião são realizadas por delegação, e todos os seus bens devem ser revertidos à União, conforme § 4º da cláusula sexta do Convênio de Delegação supramencionado. Cumpre informar que para os próximos anos, nenhum ativo fixo será desativado ou baixado dos controles da empresa, bem como não serão realizadas aquisições para substituição dos bens atuais, não resultando em baixa a esse título. Valor de uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa. **3.12. Receita de Serviços Prestados e Cessão de Uso Onerosa:** 3.12.1. **Serviços:** As receitas de prestação de serviços com Utilização da Infraestrutura do Acesso Aquaviário; Utilização das Instalações de Acostagem; Utilização da Infraestrutura Terrestre; Utilização das Instalações de Armazenagem são reconhecidas quando existe evidência confiável de que: i) os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) seja provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. **3.12.2. Cessão de Uso Onerosa:** As receitas estão reconhecidas com base no regime de competência, atualizadas quando aplicável e contratualmente exigido. **3.13. Passivos Contingentes:** O reconhecimento,

a mensuração e a divulgação das contingências passivas e obrigações legais são efetuadas tendo como base os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que a perda for avaliada como provável - o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações - e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes e classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os classificados como perdas remotas não são provisionados, tampouco divulgados nas demonstrações financeiras. **3.14. Salários ou Encargos:** Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. **3.15. Gastos Ambientais:** Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como Ativo Intangível do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para mitigar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão de riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia. **3.16. Impostos sobre Receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Imposto sobre Serviço (ISS), pelo regime de competência. **3.17. Receitas e Despesas Financeiras:** As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo Imposto sobre Operações Financeiras e descontos concedidos (Nota nº 19).

| | 2018 | 2017 |
|--|------------------|------------------|
| 4. Caixa e Equivalente de Caixa | | |
| Caixa Geral | 2.734 | 2.538 |
| Bancos Conta Movimento | - | - |
| | 2.734 | 2.538 |
| Aplicação Financeira | 1.515.536 | 1.010.576 |
| Tesouro do Estado | 1 | 1 |
| | 1.515.537 | 1.010.577 |
| | 1.518.271 | 1.013.115 |

5. Clientes: Os valores das contas a receber estão avaliados pelo valor da prestação do serviço, descontados os tributos retidos na fonte e líquidos de provisão para perda. Não houve ajuste ao valor presente das contas a receber, pois as operações têm seu vencimento em 30 (trinta) dias, não havendo, assim, efeito relevante para sua evidencição.

| | 2018 | 2017 |
|--|------------------|------------------|
| Clientes | 3.023.379 | 4.102.069 |
| (-) Provisão de perda para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) | (1.598.983) | (1.598.983) |
| | 1.424.396 | 2.503.086 |

Foi constituída a Provisão Para Devedores Duvidosos devido à expectativa de recebimento ser improvável dos seguintes clientes (Nota 5):

| | 2017 |
|--------------------|------------------|
| Schahin Engenharia | 1.153.106 |
| SLB Ltda. | 445.877 |
| | 1.598.983 |

| | Dragagem | Benfeitorias Propriedades de Terceiros | Móveis e Utensílios | Veículos | Instalações | Máquinas e Equipamentos | Hardware | Terraplanagem | Obras | Total |
|----------------------------------|------------------|--|---------------------|----------------|-------------------|-------------------------|------------------|--------------------|--------------------|-------|
| Em 31 de Dezembro de 2017 | 5.786.693 | 3.561.296 | 1.332.920 | 565.000 | 6.834.180 | 4.873.740 | 2.361.212 | 226.973.613 | 252.288.654 | |
| Em 01 de Janeiro de 2018 | 5.786.693 | 3.561.296 | 1.332.921 | 565.000 | 6.834.180 | 4.873.740 | 2.361.212 | 226.973.613 | 252.288.655 | |
| Adições | - | - | 46.107 | 18.600 | 4.580.297 | 418.425 | 7.107 | 604.401 | 5.674.937 | |
| Em 31 de Dezembro de 2018 | 5.786.693 | 3.561.296 | 1.379.028 | 583.600 | 11.414.477 | 5.292.165 | 2.368.319 | 227.578.014 | 257.963.592 | |
| Depreciação Acumulada | | | | | | | | | | |
| Em 31 de Dezembro de 2017 | 825.416 | 427.355 | 623.640 | 414.804 | 2.319.259 | 1.114.041 | 1.028.650 | 15.622.856 | 22.376.021 | |
| Em 01 de Janeiro de 2018 | 825.416 | 427.355 | 623.640 | 414.804 | 2.319.259 | 1.114.041 | 1.028.650 | 15.622.856 | 22.376.021 | |
| Depreciação | 231.468 | 142.451 | 133.790 | 35.313 | 838.624 | 488.746 | 270.130 | 9.081.024 | 11.221.546 | |
| Em 31 de Dezembro de 2018 | 1.056.884 | 569.806 | 757.430 | 450.117 | 3.157.883 | 1.602.787 | 1.298.780 | 24.703.880 | 33.597.567 | |
| Valor contábil líquido | | | | | | | | | | |
| Em 31 de Dezembro de 2017 | 4.961.277 | 3.133.941 | 709.280 | 150.196 | 4.516.921 | 3.759.699 | 1.332.562 | 211.350.757 | 229.912.633 | |
| Em 31 de Dezembro de 2018 | 4.729.809 | 2.991.490 | 621.598 | 133.483 | 8.254.594 | 3.689.378 | 1.069.539 | 202.874.134 | 224.366.025 | |

| | Licenças de Uso (Software) | Licenças Ambientais - L.O | Total |
|----------------------------------|----------------------------|---------------------------|-------------------|
| Em 31 de Dezembro de 2017 | 18.753.034 | 28.163.232 | 46.916.266 |
| Em 01 de Janeiro de 2018 | 18.753.034 | 28.163.232 | 46.916.266 |
| Adições | (46.497.00) | 2.076.917 | 2.030.420 |
| Em 31 de Dezembro de 2018 | 18.706.537 | 30.240.149 | 48.946.686 |
| Amortização Acumulada | | | |
| Em 31 de Dezembro de 2017 | 4.979.896 | 6.901.747 | 11.881.643 |
| Em 01 de Janeiro de 2018 | 4.979.896 | 6.901.747 | 11.881.643 |
| Amortização | 1.231.326 | 1.153.704 | 2.385.030 |
| Em 31 de Dezembro de 2018 | 6.211.222 | 8.055.451 | 14.266.673 |
| Valor contábil líquido | | | |
| Em 31 de Dezembro de 2017 | 13.773.138 | 21.261.485 | 35.034.623 |
| Em 31 de Dezembro de 2018 | 12.495.315 | 22.184.698 | 34.680.013 |

10. Imóveis de Terceiros em Poder da Companhia Docas de São Sebastião: Os bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Porto de São Sebastião e utilizados na exploração das atividades operacionais da Companhia – objeto de levantamento físico, a cargo de comissão constituída, conforme Portaria ANTAQ nº 209, de 19 de outubro de 2007, foram registrados em rubricas contábeis de compensação ativa e passiva, pois foram cedidos à Companhia por força do Convênio de Delegação ao Estado de São Paulo. Todavia, a titularidade dos bens patrimoniais em referência continuará com a União. O valor total contabilizado dos bens foi de R\$ 42.489.042 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e quarenta e dois reais).

| | Adições/ Transferências | Baixas/ Transferências | 31/12/17 | 31/12/17 |
|-------------------------------------|-------------------------|------------------------|----------------|----------|
| 11. Adiantamento de Clientes | | | | |
| Adiantamento Cliente | 66.180 | 49.020 | 115.200 | |
| Garantias Concorrência | 80.938 | 56.669 | 137.607 | |
| Empréstimos | - | - | - | |
| Parcelamento Dersa | - | - | - | |
| | 147.118 | 105.689 | 252.807 | |

| | Adições/ Transferências | Baixas/ Transferências | 31/12/18 | 31/12/17 |
|--|-------------------------|------------------------|------------------|------------------|
| 12. Convênio DERSA: A Companhia possui empregados cedidos pelo acionista Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), onde os gastos são integralmente ressarcidos, considerando que a Credora, desde 15 de Janeiro de 2008, cedeu funcionários para exercerem atividades junto à Devedora, considerando ainda que a respeito do quanto mencionado na considerada acima, o DERSA permaneceu responsável pelas despesas e remunerações decorrentes da cessão de referidos funcionários até 31 de Março 2014, devendo ser reembolsada por tal motivo. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante. | | | | |
| Passivo Circulante | 550.000 | 590.000 | 500.000 | 460.000 |
| Passivo Não Circulante | 3.980.283 | - | 590.000 | 4.570.283 |
| | 4.530.283 | 590.000 | 1.090.000 | 5.030.283 |

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------|----------------|------------------|
| 13. Fornecedores | | |
| Fornecedores Imobilizado | 176.031 | 5.180.055 |
| Fornecedores Outros | 567.211 | 1.462.784 |
| | 743.242 | 6.642.839 |

A Companhia trabalha com prazo médio de 30 (trinta) dias para pagamento de seus fornecedores, motivo pelo qual o ajuste a valor presente foi considerado imaterial.

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2018 e 2017

| Atividades Operacionais | 2018 | 2017 |
|--|--------------------|--------------------|
| Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício | (25.960.177) | (17.613.692) |
| (+) Depreciações e amortizações | 13.606.576 | 13.622.363 |
| (+) Despesas de Juros de Longo Prazo | - | - |
| (+) Provisão para Contingência | 20.005.233 | 2.424.666 |
| (+) Provisão para Riscos Legais | - | - |
| (+) Reversão de Ajustes AVP | - | - |
| (-) Créditos Fiscais Diferidos | - | - |
| | 7.651.632 | (1.566.663) |
| (Aumento) Redução em Contas a Receber | 1.078.690 | (1.177.697) |
| (Aumento) Redução em Tributos a Recuperar | (311.400) | (467.778) |
| (Aumento) Redução em Adiantamentos | (8.845) | 19.198 |
| (Aumento) Redução em Despesas Antecipadas | 1.115 | (6.431) |
| (Aumento) Redução em Depósito Judicial | (768.323) | - |
| (Aumento) Redução em Almoxarifado | (32.091) | 15.755 |
| (Aumento) Redução em Realizável a Longo Prazo | 2.855.601 | 7.856.158 |
| Aumento (Redução) em | | |
| Convênio Dersa (Circulante) | 90.000 | 460.000 |
| Aumento (Redução) em Fornecedores | (5.899.598) | 653.066 |
| Aumento (Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher | 140.662 | (53.186) |
| Aumento (Redução) em | | |
| Encargos Sociais a Recolher | 28.844 | 31.632 |
| Aumento (Redução) a Fornecedor para Pagar | (24.701) | 20.810 |
| Aumento (Redução) em Contas a Pagar | - | - |
| Aumento (Redução) em Adiantamento de Clientes | (105.689) | (550.529) |
| Aumento (Redução) em Salários a Pagar | 426 | (1.657.921) |
| Aumento (Redução) em | | |
| Provisão para Contingência | (1.466.218) | - |
| Aumento (Redução) em Crédito de Clientes | - | (79.293) |
| | (4.421.527) | 5.063.784 |
| Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais | 3.230.105 | 3.497.121 |
| Atividades de Investimento | | |
| Aquisição de Imobilizado | (5.674.937) | (1.272.647) |
| Aquisição de Intangível | (2.030.420) | (1.954.489) |
| Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento | (7.705.357) | (3.227.136) |
| Atividades de Financiamento | | |
| Aumento (Redução) em Dersa Convênio | (590.000) | (460.000) |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 5.570.408 | - |
| Capital Social Aumento | - | - |
| Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento | 4.980.408 | (460.000) |
| Aumento (Redução) Líquida do Saldo de Caixa e Equivalentes | 505.156 | (190.015) |
| Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Incio do Exercício | 1.013.115 | 1.203.130 |
| Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Final do Exercício | 1.518.271 | 1.013.115 |
| Aumento Líquido de Caixa | 505.156 | (190.015) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| 6. Impostos a Recuperar | | |
| IRRF | 766.574 | 484.928 |
| CSLL | 301.916 | 179.540 |
| IRPJ/CSLL | 392.757 | 392.757 |
| INSS | - | - |
| ISS | 60 | 60 |
| PIS/COFINS/CSLL | 421 | 93.043 |
| | 1.461.728 | 1.150.328 |

| | 31/12/2018 | Constituído | Realizado | 31/12/2017 |
|------------------------------------|------------|-------------|-----------|------------|
| 7. Realizável a Longo Prazo | | | | |
| IRPJ Sobre Prejuízo Fiscal | - | - | 2.099.707 | 2.099.707 |
| CSLL Sobre Prejuízo Fiscal | - | - | 755.894 | |

de salários. Cumpre ressaltar que grande parte do valor contingenciado à título de Demandas trabalhistas, trata-se de único processo, que corre na Vara do Trabalho de São Sebastião, cadastrado pelo número 0069100-89.2004.0121, em que encontram-se no pólo ativo 25 (vinte e cinco) reclamantes. O objeto desta ação refere-se a pedido de adicional de risco, sendo que a Companhia Docas de São Sebastião foi incluída no pólo passivo já na fase da execução do processo.

| | 2018 | Adição | Pagamentos | 2017 |
|---------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|
| Riscos Legais | 1.770.000 | 700.000 | - | 1.070.000 |
| Riscos Trabalhistas | 22.771.949 | 19.305.233 | 1.466.218 | 4.932.934 |
| | 24.541.949 | 20.005.233 | 1.466.218 | 6.002.934 |

A Companhia está, ainda, envolvida em outros processos de natureza trabalhista, cujo valor totaliza R\$ 1.489.333,75 (Hum Milhão quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos) que, por apresentarem probabilidade de perda possível, não tem provisões constituídas, na opinião de seus assessores jurídicos. No recinto alfandegado foi constatado o descumprimento de um dos requisitos técnicos e operacionais para o alfandegamento, que não disponibilizou os instrumentos e aparelhos de inspeção não invasiva (scanner) exigidos para cargas em contêineres, não estando dispensado da exigência, sendo aplicada a multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por dia, pelo descumprimento de requisito estabelecido pelo art. 34 da Lei nº 12.350/2010, mediante o Termo de Constatação nº 001/2016 e Auto de Infração nº 0812051/001/2016, recebido em 20 de Junho de 2017. Para efeitos suspensivos da cobrança diária da multa foi protocolada em 05 de Outubro de 2017 a Solicitação de Alteração do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 20 de 12 de Março de 2008, excluindo temporariamente a movimentação de contêineres das cargas do Porto de São Sebastião, o que totaliza 107 dias resultando a multa acumulada de R\$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil reais). Em 24 de abril de 2018 a companhia foi autuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais Renováveis – IBAMA, através do Auto de Infração nº 9144578, por deixar de Atender a 10 (Dez) condicionantes estabelecidas na licença de operação 908/2010, conforme pareceres técnicos nº 1697865 e 1698056.

18. Capital Social: A Companhia possui Capital Autorizado da ordem de R\$ 278.838.000 (duzentos e setenta e oito mil reais e oitocentos e trinta e oito mil reais), representado por ações ordinárias nominativas, sendo que R\$ 17.748.161 (dezesete milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e sessenta e um reais) encontram-se integralizados. Os recursos financeiros recebidos pelo Acionista Majoritário "Fazenda do Estado de São Paulo", no montante de R\$ 284.408.392 (duzentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e oito mil, trezentos e noventa e dois reais), estão classificados como "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", composto conforme demonstrado abaixo:

| Ano | RS |
|--------------|--------------------|
| 2009 | 1.100.000 |
| 2010 | 5.000.000 |
| 2011 | 6.688.162 |
| 2012 | 26.976.384 |
| 2013 | 109.356.821 |
| 2014 | 93.573.384 |
| 2015 | 26.116.982 |
| 2016 | 10.026.251 |
| 2017 | 0 |
| 2018 | 5.570.408 |
| Total | 284.408.392 |

A deliberação CODEC 1/91 de 12 de Setembro de 1991, estabelece na seção V - Artigo 14, que as empresas em que o Estado participa, direta ou indiretamente como acionista majoritário, e que tenham em seus Estatutos Sociais especificação para autorização de aumento do limite do Capital Social autorizado, como também, do seu respectivo aumento, a ser deliberado pelo Conselho de Administração (inciso II do artigo 166 da Lei nº 6.404/76), somente poderão realizar o aumento e autorizar as respectivas emissões de ações, após pronunciamento do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. Por força da já citada Deliberação CODEC nº 1/91, a matéria deverá ser objeto de parecer preliminar daquele Colegiado, para posterior e oportuna deliberação do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião.

19. Despesas Administrativas e Custos Operacionais: Os gastos da Companhia no decorrer do ano estão evidenciados conforme quadro abaixo:

| | Despesas Administrativas | | Custos Operacionais | |
|-----------------------------|--------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Pessoal e Encargos | 5.979.695 | 6.211.961 | 9.435.708 | 9.732.016 |
| Utilidades | 441.264 | 539.789 | 870.425 | 748.538 |
| Serviços de Terceiros | 1.907.916 | 1.552.320 | 1.730.825 | 1.214.668 |
| Depreciações/Amortizações | 9.382.813 | 9.442.539 | 4.223.761 | 4.179.824 |
| Recuperação de PIS e COFINS | - | - | (142.973) | (142.973) |
| Despesas com Ocupação | - | 63.324 | - | 34.220 |
| Cessão de Pessoal | 53.223 | 284.662 | 546.848 | 368.539 |
| Taxas e Contribuições | - | - | - | 215.415 |
| Diversos | - | - | 325.578 | - |
| Provisão para Contingências | 20.005.234 | 7.723.166 | - | - |
| Imposto Diferido | 2.855.601 | 10.711.759 | - | - |
| | 40.625.746 | 36.844.520 | 16.990.172 | 16.350.247 |

20. Resultado Financeiro: As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplica-

ções financeiras e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo Imposto sobre Operações Financeiras e descontos concedidos. O Resultado Financeiro da Companhia é evidenciado conforme quadro abaixo:

| | 2018 | 2017 |
|----------------------|---------------|---------------|
| Receitas Financeiras | 116.408 | 116.956 |
| Despesas Financeiras | (67.082) | (96.493) |
| Resultado Financeiro | 49.326 | 20.463 |

21. Cobertura de Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitá-los, buscando coberturas compatíveis com seu porte e operação no mercado. Para tanto a Companhia possui duas apólices de seguros, quais sejam: • Seguro contra incêndio, raio, explosão / implosão, danos elétricos, roubo / furto qualificado, vendaval, contratado com a seguradora SOMPO Seguros. • Seguro de responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O), contratada com a seguradora Travelers.

22. Receita: Em 2018 obtivemos uma receita de prestação de serviços bruta de R\$ 16.945.888 milhões, interrompendo duas quedas consecutivas, resultando em aumento de 15% em relação a 2017 R\$ 14.694.689 milhões.

| | 2018 | 2017 |
|-----------------|--------------------|--------------------|
| I | 6.910.935 | 6.552.272 |
| II | 2.378.036 | 1.718.570 |
| III | 5.530.993 | 3.782.986 |
| IV | 2.095.562 | 2.547.542 |
| V | 30.363 | 93.319 |
| Totais | 16.945.888 | 14.694.689 |
| Cargas | 2018 | 2017 |
| grânéis sólidos | 642.938.000 | 464.573.230 |
| siderúrgicos | 5.128.339 | 43.612.502 |
| veículos | 15.835.086 | 10.943.763 |
| contêineres | - | 403.360 |
| animais/ração | 49.898.210 | 15.655.170 |
| cargas projeto | - | 2.416.299 |
| apoio portuário | 4.307.225 | 4.465.590 |
| Totais | 718.106.860 | 542.069.914 |

A Companhia passou a integrar o Orçamento Fiscal do Estado a partir de 2016, na condição de empresa dependente, com a edição da Lei nº 16.337 de 09 de dezembro de 2016, que autorizou a abertura de crédito especial. Para o exercício de 2018, a lei orçamentária do Estado (Lei nº 16.646 de 11 de Janeiro de 2018) alocou recursos do Tesouro para as despesas com pessoal/encargos e Custeio da Companhia. Receita de Subvenção Econômica - Fonte 1 16.757.897 Recuperação de Despesas - Fonte 4 311.729 Total 17.069.626

São Sebastião/SP, 15 de março de 2019

Os membros do Conselho Fiscal da **Companhia Docas de São Sebastião**, reunidos na Rua Iaiá, nº 126, 9º andar, Itaim Bibi, no município de São Paulo/SP, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, analisaram o Relatório de Administração e as Demon-

trações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e demais documentos referentes ao término do citado exercício, deliberaram que as referidas propostas reúnem condições de serem submetidas à aprovação dos

Senhores Acionistas, por estarem de acordo com a Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

São Paulo, 20 de março de 2019.

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho de Administração

cal, o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e demais documentos referentes ao término do citado exercício; entendendo que as peças representam, adequada-

mente, a posição patrimonial e contábil da Companhia, opinam pela sua conformidade e deliberaram que sejam submetidos aos acionistas para aprovação na Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 21 de março de 2019.

Diretoria
Vitor João de Freitas Costa
 Diretor Presidente
Fernando da Costa
 Diretor de Administração e Finanças
Patrícia Rolim do Carmo Soares
 Contador - CT 1SP-276722/O-8

Conselho Fiscal
Marco Antônio Silva de Oliveira
Vivian Satiro de Oliveira
Marcos Antonio Fernandes
Reynaldo Aben-Athar de Souza
Luis Eduardo Bezerra de Araújo

Conselho de Administração
Zulaie Cobra Ribeiro
Luiz Fernando Milan Muniz Cavalheiro
Delson José Amador
João Carlos Cardoso da Silva
Zildo de Carvalho Borges
Vitor João de Freitas Costa

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À **Companhia Docas de São Sebastião**. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Docas de São Sebastião**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Docas de São Sebastião** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Companhia Docas de São Sebastião**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para as demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo antes dos impostos de R\$ 25.960 mil (R\$ 20.469 mil 2017) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No final do exercício de 2016, a Companhia se tornou dependente do Governo do Estado de São Paulo e, conseqüentemente, só continua operando devido aos aportes do Estado. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da **Companhia Docas de São Sebastião** é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em co-

nexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da **Companhia Docas de São Sebastião** é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia Docas de São Sebastião** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia Docas de São Sebastião** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Companhia Docas de São Sebastião** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da **Companhia Docas de São Sebastião**, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia Docas de São Sebastião** a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração da **Companhia Docas de São Sebastião** a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 15 de março de 2019.

Maiciel Auditores S/S
2CRC RS 5.460/O-0 "T" SP
Dennis Pavia Villalva
CRC 1SP - 246.768/O-6
Responsável Técnico